



REFLEXÕES A RESPEITO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS AULAS DE HISTÓRIA

Janekelly dos Santos Sousa¹

Universidade Estadual da Paraíba (jane-kely2011@hotmail.com)

Resumo

O presente artigo oferece uma discussão voltada para a utilização da noção de patrimônio nas salas de aula do ensino de História. Mostrando o percurso que o conceito de patrimônio adquiriu desde a antiguidade até os dias atuais, este trabalho levanta reflexões concernentes a necessidade de preservação de nossos bens materiais e imateriais. Pois entendemos que os bens patrimonializados contribuem para a formação de identidades de grupos e categorias sociais. São elos de pertencimento com o passado e conseqüentemente, fazem parte da memória coletiva da sociedade. Assim, para que um bem cultural seja preservado, é de suma importância que ele apresente significado para a comunidade onde está inserido. Esses bens patrimonializados podem ser de natureza tangível ou intangível, graças a Constituição Cidadã de 1988. Nesta perspectiva, objetivamos destacar a necessidade de uma educação patrimonial, a fim de conscientizar nossos educandos a respeito da valorização e preservação de monumentos históricos como, bibliotecas, arquivos, sítios arqueológicos, entre outros. Para isso, afirmamos que será nas aulas de história que os alunos descobrirão as dimensões do patrimônio histórico e cultural. Uma vez que, cabe a essa disciplina escolar formar o cidadão crítico, respeitando as tradições culturais dos antepassados e resguardando da depredação os monumentos históricos que ainda sobrevivem à passagem do tempo. Esse cidadão formado por uma educação patrimonial enxergará a história como um processo vivo e em movimento. Sendo assim, realizamos uma pesquisa de cunho bibliográfico, onde discutimos autores como Funari e Pelegrini (2006), Gil (2014), Fonseca (2009), Figueira e Gioia (2012), etc.

Palavras-chaves: Educação Patrimonial, Ensino de História, Preservação.

INTRODUÇÃO

Um dos conceitos mais polissêmicos da atualidade é o de Patrimônio, pois ele se encontra presente em diversas áreas do conhecimento, quer seja na educação, no direito, na contabilidade, e em tantas outras. Levando em consideração o caráter presenteísta de nossa sociedade capitalista, propomos com esta pesquisa refletir a respeito da noção de patrimônio histórico e cultural nas salas de aula do ensino de história.

É necessário possibilitar aos educandos, discussões voltadas a preservação dos monumentos históricos, pois eles refletem o presente de nossos ancestrais. Ensinar sobre o patrimônio material, e aquele imaterial como pode ser percebido nas cantigas de roda, na culinária, na dança, gera em nossos alunos o sentimento de pertencimento. Precisamos promover nas escolas uma educação patrimonial, a fim de alcançar a coletividade. A sociedade brasileira atual, em sua maioria, trata com descaso o patrimônio nacional, haja vista a falta de

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba no ano de 2015.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

esclarecimento popular sobre a importância da preservação de nosso patrimônio, para não dizermos deseducação coletiva. Esse é um dado brasileiro e daí a formulação de mais uma regra: a preservação aqui entre nós depende fundamentalmente da elucidação popular, um caminho já percorrido por outros países, como o México, que dedica atenção toda especial a essa questão de educação de massa no que diz respeito à memória. (LEMOS, 1987, p.84)

A escola, enquanto espaço de produção de capital cultural, é a instituição mais adequada para promover a educação de massas. E o ensino de história, por sua vez, constitui-se em porta aberta para essa conscientização. Entendemos como Educação Patrimonial, a utilização de arquivos, museus, monumentos históricos, bibliotecas, entre outros, que ao serem problematizados adquirem valor histórico para o alunado.

A educação patrimonial está para além dos currículos escolares, pois focaliza despertar na sociedade, em geral, o senso de preservação da memória histórica, resultando numa maior utilização do acervo cultural brasileiro.

Sendo assim, dividimos este artigo em dois momentos. A princípio, teceremos algumas considerações, no tocante, ao percurso trilhado pelo conceito de patrimônio. E em seguida, dedicamo-nos a refletir o ensino de história como locus privilegiado para a discussão patrimonial.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, dedicamo-nos a leitura de autores como Funari e Pelegrini (2006), Gil (2014), Fonseca (2009), Bittencourt (1998), etc. A partir dessas leituras passamos a problematizar o ensino de história e as contribuições que ele oferece para uma educação patrimonial. Sendo, portanto, uma pesquisa bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Historicizando o conceito de Patrimônio

Percebemos no decorrer da história que a palavra “patrimônio” obteve diferentes significados. Significados que variam no tempo e no espaço. Os autores Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini (2006) destacam esse percurso partindo da Grécia Antiga. Segundo eles, na antiguidade grega, a palavra *patrimonium* era uma referência a tudo o que pertencia ao pai (pater ou pater familias).

Nesta perspectiva grega, o patrimônio incluía propriedades, móveis, utensílios, escravos, etc. Seguindo este pensamento, os autores



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

chamam a atenção para o caráter aristocrático do patrimônio. Apenas os proprietários possuíam terras e escravos, apenas eles eram detentores de cidadania, enquanto a grande maioria da população estava desprovida de tais recursos. Sendo, portanto, o patrimônio aristocrático e privado em tal contexto.

Na Idade Média, com a difusão do Cristianismo, percebemos alterações na concepção de patrimônio. O culto aos santos e a valorização das relíquias, por exemplo, levaram as pessoas comuns à ideia de patrimônio, uma vez que o lugar e as coisas sagradas deveriam ser preservados. As pessoas se identificavam com a fé cristã e com tudo o que estivesse relacionado a mesma, dessa forma, desenvolveram uma noção de pertencimento. Mediante esta situação, a elite da época reagiu para manter-se influente sobre o patrimônio, criando com isso a Catedral, uma expressão aristocrática de religião. Nesta perspectiva, o caráter do patrimônio, embora tivesse influenciado a população menos favorecida, não deixou de ser elitista.

No período renascentista, os humanistas da época negando a relação do homem com a fé, buscaram afirmá-lo como o centro do mundo. E, para isso, voltaram os olhares para a antiguidade. Desenvolveram uma noção de patrimônio que embora rompesse com a Igreja, não deixava de ser aristocrática. Como ter acesso ao passado? Como retornar a visão de mundo antiga? Para isso se valeram da leitura de obras antigas e do trato com as peças/estátuas deste período. Os lugares que colecionavam estes vestígios eram chamados de Antiquariados.

Na modernidade, estes Antiquariados estiveram presentes, embora, com outros termos. Pois nesse período a busca em manter uma história que reafirmasse a identidade dos Estados Nações era constante. Os italianos, por exemplo, buscaram nos romanos antigos a sua inspiração.

O Nacionalismo e o Imperialismo são marcas desses estados nações, que levaram até mesmo as duas Grandes Guerras. Após esses conflitos, os países capitalistas desenvolvidos vivenciaram movimentos que exigiam a preservação cultural de seus grupos. Foi notável, também, os movimentos de preservação da natureza. A Europa, sobretudo, foi arrasada nos anos de guerra, onde plantações inteiras foram destruídas, deixando o solo de muitas regiões infértil. Sendo assim, percebemos uma ampliação na noção de patrimônio, onde não apenas os grandes monumentos deveriam ser preservados, mas, a própria natureza.

Ao fim da Segunda Grande Guerra, dois órgãos mundiais foram criados, a ONU e a UNESCO. Esta última, responsável entre outras coisas, por manter preservado o patrimônio mundial. Assim, o conceito de patrimônio atravessa os



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

muros dos países e se torna internacional, contribuindo para um maior investimento no turismo cultural. Esta valorização do patrimônio tem chegado até mesmo ao âmbito digital. Porém, o desafio em preservar nesta área tem se constituído num grande dilema.

Os meios de preservação digital ainda são frágeis, e os procedimentos técnicos de migração de informação de um meio tecnológico para outro, mais moderno, não deixam de apresentar problemas. Em todo o mundo, surgem organizações voltadas para o estudo de como preservar esse importante patrimônio para as gerações futuras. (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 28)

No que concerne ao Brasil, as políticas públicas voltadas para esta temática são recentes e foram influenciadas, segundo Fonseca (2009), tanto pelo movimento modernista quanto pelo Estado Novo, na direção do presidente Getúlio Vargas. O movimento modernista, na década de 1920, buscava entre outras coisas, criar uma identidade brasileira. Romper com os padrões europeus na arte, na dança, na música, etc. Era preciso construir esta identidade, e para que isto fosse possível, a preservação de monumentos emblemáticos que contam com a história da nação seria indispensável.

Os modernistas refletiam e escreviam sobre o descaso com as riquezas do patrimônio nacional e, ao mesmo tempo, encaminhavam projetos a serem implantados pelo Estado, com o objetivo geral de disseminar e proteger a cultura brasileira. (FIGUEIRA e GIOIA, 2012, p.29)

Joaquim de Andrade foi um dos principais defensores deste movimento e o responsável pelo anteprojeto que daria forma ao Sphan. O Sphan foi o primeiro órgão público de preservação no Brasil, seu texto final de elaboração foi produzido pelo intelectual mineiro Rodrigo M. F. de Andrade – criador do Iphan. Desde então, o patrimônio, como conjunto de bens moveis e imóveis passa a fazer parte da legislação brasileira, todavia, mantém-se em caráter elitista. Patrimônio fazia referência as grandes igrejas, as casas dos senhores de escravos, sobrados, etc. As senzalas, as vilas operárias e outros ficaram de fora.

A partir da década de 1970 surgem questionamentos acerca da forma e dos critérios de escolha de um patrimônio. Essas questões se ampliam a ponto de vivenciarmos uma mudança de paradigma, com a Constituição de 1988, onde a noção de patrimônio cultural começa a aparecer. No artigo 215, vemos a relação do Estado com a sociedade para a manutenção do patrimônio, e no artigo 216 é perceptível a presença do patrimônio imaterial e cultural, isso quer dizer, que as formas de expressão também se constituem em patrimônio. Nessa nova perspectiva, tornou-se notável a emergência de grupos, até então excluídos, no cenário



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

nacional. As culturas afro, indígena, imigrante vão aparecendo como patrimônio cultural.

2. A noção de Patrimônio nas aulas de História

Ao tratar sobre a questão de patrimônio nas aulas de história, torna-se relevante uma discussão voltada para que os alunos falem de suas ideias e concepções de patrimônio. E, as aulas de história podem se constituir em locus privilegiado para que os alunos compreendam que o patrimônio não se restringe às obras culturais da memória nacional. Envolve, também, as manifestações intangíveis e o não consagrado como elementos fundamentais de integração da população, com suas condições próprias de existência.

Tanto na pesquisa histórica quanto no ensino de história, o “patrimônio” precisa ser desnaturalizado e historicizado. Isso significa dizer que os bens tombados e reconhecidos como “patrimônio nacional” não são dados naturais, mas produtos das práticas culturais que os engendram. E é nesse sentido, que as discussões sobre o patrimônio ajudam a pensar a produção do conhecimento histórico, não como uma cópia do passado, mas como algo construído.

Os bens patrimonializados contribuem para a formação de identidades de grupos e categorias sociais. Eles são elos de pertencimento com o passado e assim, fazem parte da **memória**. A memória é uma seleção que o indivíduo faz de acontecimentos passados, e sua narrativa ou sua organização lógica acontece no presente, no ato de rememorar. Sendo, dessa forma, uma fonte histórica.

A título de exemplo, no texto de Mônica Silva e Andréa Delgado acerca da Educação Patrimonial em Goiás, as autoras afirmam que

a cidade somente passou a ter visibilidade como lugar histórico quando foi inscrita na rede discursiva do patrimônio, à medida que o tecido da linguagem lhe foi atribuindo determinados conteúdos para torna-la símbolo da memória coletiva” (SILVA, DELGADO, 2014, p.75).

Dessa forma, discutir o processo de construção da cidade como patrimônio cultural remetia, imediatamente, aos sentidos históricos atribuídos a ela e ao seu passado ligado à mineração aurífera.

Quando se articula o ensino de História e o patrimônio cultural aos objetivos da educação patrimonial, a discussão do conceito de patrimônio passa a ser incorporada, assim como, a historicização de suas acepções e a investigação das políticas públicas de construção e preservação do patrimônio no Brasil.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Nas escolas, o ensino de História vem ampliando as reflexões pertinentes à identidade nacional e ao patrimônio cultural, em parte por força da legislação atual. A LDB, os PCNs, as Diretrizes Curriculares dos Cursos de História e, mais recentemente, a Matriz Curricular do Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente para o Curso de Pedagogia, salientam a importância do estudo do patrimônio cultural.

Um dos grandes desafios da educação patrimonial está em fazer a população reconhecer esses símbolos como pertencentes a sua própria história. Isso porque, a ação preservacionista desencadeada no início do século XX, referia-se apenas a bens materiais de grande valor arquitetônico e artístico. Essa forma de classificar o que poderia ser chamado de patrimônio levou a um distanciamento com a população local.

A notoriedade dessa afirmação encontra-se nas depredações e violações constantes ao patrimônio histórico. Isso ocorre por falta de identificação da população com o patrimônio nacional. Os sujeitos que praticam essas violações não se veem representados nesses ícones, e, conseqüentemente, não se sentem responsáveis pela preservação dos mesmos.

A Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, estabeleceu no artigo 215, a parceria entre o Estado e a sociedade para a defesa de nosso patrimônio cultural; no artigo seguinte, fica explícita a composição desse patrimônio por bens materiais e imateriais que fizessem parte da memória dos diferentes grupos que conformam a sociedade brasileira.

Nesta perspectiva, encontramos a transição

De um discurso patrimonial que se referia aos **monumentos** como fatos do passado, [...] para a concepção de patrimônio como **bens culturais**, referente às identidades e às memórias coletivas (Figueira e Gioia, 2012, p. 38. Grifo do autor).

Com a nova legislação, um bem cultural passa a ser preservado não apenas por seu valor arquitetônico, mas pelo significado que possui para a comunidade onde está inserido.

A implementação de políticas patrimoniais deve partir dos anseios da comunidade e ser norteadas pela delimitação democrática dos bens reconhecidos como merecedores de preservação. Mas a seleção dos bens a serem tombados precisa estar integrada aos marcos identitários reconhecidos pela própria comunidade na qual se inserem. (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 59)

Se, porventura, violações continuarem a existir, precisamos analisar se de fato estamos promovendo uma educação patrimonial em nossas escolas. Haja vista, que a grande parte dos infratores apresenta idade escolar.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Por meio do ensino de história é possível resgatar e compartilhar heranças socioculturais de nosso povo. Apresentando para o alunado que a história é viva e está sempre em movimento. Há heranças africanas, indígenas e imigrantes por toda parte. No Brasil, tradições, arquiteturas, paisagens, documentos, gastronomia, sítios arqueológicos se tornaram reconhecidos e valorizados em âmbito mundial.

Dessa forma, aos historiadores educadores, cabe não só constatar quais são os lugares de memória de sua região, mas explicitar a forma como tal memória é construída e, com isso, debater e refletir sobre e em que consiste a memória patrimonial, indo além de sua valorização.

CONCLUSÃO

Concluimos com esta pesquisa, a necessidade de levar para nossas escolas uma educação patrimonial que desperte nos educandos, o sentimento de identidade e a ideia de pertencimento para com os bens materiais e imateriais que compõem o patrimônio histórico cultural brasileiro. Fazendo isso, realizaremos uma conscientização de massas, e conseqüentemente, uma preservação maior de nossos monumentos históricos.

Hobsbawm (1995) alerta-nos para o perigo da destruição do passado e dos referenciais históricos por parte da juventude. Chegando a afirmar que o ofício dos historiadores é de lembrar o que os outros esquecem. Sendo as aulas de história mais importantes do que nunca neste novo contexto mundial.

Portanto, afirmamos que a noção de patrimônio nos dias atuais alargou-se de tal maneira que bens tangíveis e intangíveis de uma certa realidade/localidade, podem alcançar o título de patrimônios mundiais. A valorização de bens intangíveis como patrimônio, resultou no aparecimento de culturas que estavam às margens do centro elitista, e que hoje expressam a sua história e memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O Saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

FIGUEIRA, C. A. R; GIOIA, L. C. M. **Educação Patrimonial no ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas**. São Paulo: Somos Mestres, 2012.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 2009, p.81.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (orgs.). **Patrimônio Cultural e Ensino de História.** Porto Alegre, RS: Edelbra, 2014.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos:** O breve século XX (1914- 1991). São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, Coleção Primeiros Passos, p. 84.